EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E TV CAATINGA: *Agenda-Setting* na formulação de políticas públicas na área de cultura

Jáder Barrozo de Carvalho¹

Wanderson da Silva Paes²

Juciane de Jesus Aleixo³

Willames Franklin Rodrigues Coelho⁴

Marcelo Henrique Pereira dos Santos⁵

Resumo

Este artigo pretende analisar o impacto da TV Caatinga, enquanto plataforma digital educativa, na formação da agenda cultural na região Semiárida, considerando o papel da televisão na amplificação de temas culturais e no estímulo à participação da comunidade universitária e da sociedade na construção coletiva da agenda cultural. A construção do texto se fundamenta no conceito de formação de agenda, desenvolvido por Secchi (2012) e Capella (2018). Esses autores adentram a discussão, utilizando o enfoque teórico de Cobb e Elder, para descrever as circunstâncias que possibilitam a inclusão de um problema na agenda política. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa quanto à abordagem, e documental quanto aos procedimentos de coleta. A fim de atender ao objetivo delineado, procedeu-se com uma explanação acerca da função de uma emissora de televisão universitária como veículo de difusão das produções acadêmicas. Em seguida, é retomado o embasamento teórico referente à construção de agenda nas políticas públicas. Subsequentemente, a análise do material observado foi contextualizada com base nos estudos prévios. Por fim, são apresentadas as conclusões acerca do papel da TV Caatinga como agente participante nas disputas relacionadas às demandas de políticas públicas no segmento da cultura.

Palavras-chaves: agenda-setting; políticas públicas; extensão universitária; TV Caatinga.

UNIVERSITY EXTENSION AND TV CAATINGA: *Agenda-Setting* in the Formulation of Public Policies in the Area of Culture

Abstract

This article aims to analyze the impact of TV Caatinga, as a digital educational platform, on the formation of the cultural agenda in the Semiarid region, considering the role of television in amplifying cultural themes and encouraging the participation of the university community and society in the collective construction of Cultural agenda. This article is based on the concept of agenda formation, developed by Secchi (2012) and Capella (2018). These authors enter the article, using the theoretical approach of Cobb and Elder, to describe the

¹ Mestre em Administração Pública pelo PROFIAP, Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf. jaderbarrozo@hotmail.com

² Mestrando em Administração Pública pelo PROFIAP, Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf. wandersonpaes01@gmail.com

³ Mestranda em Administração Pública pelo PROFIAP, Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf. jualeixo06@gmail.com

⁴ Mestrando em Administração Pública pelo PROFIAP, Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf. willames.franklin@univasf.edu.br

⁵ Doutor em Ciências Sociais (Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Associado III da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf. marcelo.henrique@univasf.edu.br

conditions for a problem to enter the Political Agenda. To this end, qualitative research will be developed regarding the approach and documentary research regarding the collection procedures. In order to meet the outlined objective, we proceed with an explanation about the function of a university television station as a vehicle for disseminating academic productions. Next, we return to the theoretical basis regarding the construction of agendas in public policies. Subsequently, the analysis of the observed material will be contextualized based on previous studies. Finally, conclusions are presented regarding the role of TV Caatinga as a participating agent in disputes related to public policy demands in the culture segment.

Keywords: agenda-setting; public policy; university extension; TV Caatinga.

1 INTRODUÇÃO

A WebTv Caatinga (TV Caatinga), plataforma digital educativa, presta serviço à região do Vale do São Francisco no âmbito da comunicação, educação e cultura, divulgando conteúdos que propiciam visibilidade às ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf. De acordo com o organograma da administração superior da Univasf, a WebTv Caatinga é um órgão complementar vinculado à Reitoria.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Univasf, referente ao período 2016-2025 (Univasf, 2016), instrumento que norteia a trajetória escolhida pela Instituição, consta como meta a promoção e valorização do patrimônio material e imaterial da região Semiárida. Já o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 (Brasil, 2010), fixa como um dos seus objetivos reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira.

Vê-se, assim, que o PDI 2016-2025 da Univasf, no âmbito cultural, está em consonância com o PNC: ambos procuram reconhecer e valorizar a diversidade cultural regional brasileira. No caso da Univasf, o Semiárido nordestino, área de atuação dessa Instituição de Ensino Superior – IES (Univasf, 2012).

Entende-se que a TV Caatinga, ao divulgar os programas de extensão universitária desenvolvidos pela Univasf, amplifica as vozes de quem participa dos projetos (docentes, discentes e comunidade), ao permitir que outras pessoas vejam e escutem independentemente da região da Caatinga onde se encontrem. É certo que não há um consenso a respeito do papel da TV Universitária (Rocha, 2018), contudo ao facilitar a conexão entre conhecimento científico e o conhecimento popular (Fernandes *et al.*, 2012), a TV Caatinga se revela como “uma ferramenta de extensão, ou seja, [possui] a finalidade de aproximar a universidade da sociedade [...]” (Rocha, 2018, p. 107).

O Programa de Extensão Universitária (ProExt) se propõe a apoiar, por sua vez, as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos que contribuam para a implementação de políticas públicas. A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, editada pelo Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que cuida das diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, fala da extensão como uma interação transformadora entre as instituições de ensino superior e outros setores da sociedade, por meio da produção e aplicação de conhecimento (Brasil, 2018).

A TV Caatinga constitui o elo dessa interação, adjetivada como transformadora pela referida Resolução, entre a Univasf e os diversos setores da sociedade da região Semiárida. Assim, o programa Memória Sertão, veiculado pela TV Caatinga, ao apresentar informações sobre os museus, lendas, manifestações culturais e monumentos do Sertão, com o objetivo de incentivar visitas e contribuir para a popularização e preservação da história do Semiárido, aponta um direcionamento na implementação de políticas públicas na área de cultura, principalmente, nos estados em que atua: Bahia, Pernambuco e Piauí.

Política Pública, na acepção defendida por Agum, Riscado e Menezes (2015), é compreendida como discussão e prática de ações relacionadas ao conteúdo, seja concreto seja simbólico, de decisões reconhecidas como políticas. Para esses autores, “não basta apontar o problema, ele tem que ser reconhecido e apresentado como de competência dos entes governamentais para constituir de fato em uma política pública” (Agum; Riscado; Menezes, 2015, p. 26).

Tejadas (2020) argumenta que os direitos humanos estão articulados entre si, quer sejam civis, políticos, sociais, ambientais ou culturais, e que para sua concretização dependem da implementação de políticas públicas. Ainda de acordo com essa autora, o próprio conteúdo ou a titularidade desses direitos estão sempre em disputa e, conseqüentemente, as políticas públicas que o instrumentalizam.

Essa disputa envolve, inclusive, os temas ou os problemas considerados importantes em um determinado momento ou em uma região específica e que devem ser solucionados por meio de políticas públicas. A essa lista de prioridades, Secchi (2012) denomina de agenda.

Ainda sobre o conceito de agenda, Zucatto e Becker (2020) compreendem-na como a lista de assuntos ou problemas que recebem devida atenção tanto de funcionários governamentais quanto de pessoas externas intimamente associadas a esses funcionários. Isso significa que a agenda refere-se aos temas que estão no centro das preocupações e interesses daqueles envolvidos no governo e em suas esferas próximas. Esses autores trazem também o

conceito elaborado por Birkland, que oferece uma perspectiva mais ampla, definindo a agenda como a lista de coisas que estão sendo discutidas e, por vezes, implementadas por uma instituição, pela mídia de notícias ou pelo público em geral. Nesse sentido, a agenda abrange não apenas os assuntos de interesse específico do governo, mas também aqueles que estão em discussão mais ampla na sociedade, na mídia e em outras instituições.

A TV Caatinga, por ser uma TV educativa, amplifica em tensão e potência esses assuntos, propagando o conteúdo construído de forma coletiva pelos membros da comunidade universitária e pela própria sociedade, divulgando, ainda que de forma indireta, que todas e todos têm direito à arte, à cultura, às suas memórias e suas tradições.

Sendo assim, este artigo pretende analisar o impacto da TV Caatinga, enquanto plataforma digital educativa, na formação da agenda cultural na região Semiárida, considerando o papel da televisão na amplificação de temas culturais e no estímulo à participação da comunidade universitária e da sociedade na construção coletiva da agenda cultural. Para tanto, utiliza o conceito de formação de agenda apresentado por Secchi (2012). Esse autor, por sua vez, utiliza a abordagem baseada em “COBB, ROSS e ROSS, 1976; KINGDON, 1984”, para detalhar as condições que propiciam a inclusão de um problema na agenda política (Secchi, 2012, p. 35).

Para atingir esse objetivo, será realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa e procedimentos de coleta documental. Após esta introdução, apresentaremos uma discussão sobre o papel de uma emissora de televisão universitária como meio de divulgação das produções acadêmicas. Em seguida, abordaremos o referencial teórico sobre a construção de agendas nas políticas públicas. A análise do material coletado será então contextualizada com base nos estudos existentes. Finalmente, serão apresentadas as conclusões sobre a função da TV Caatinga como um agente ativo nas disputas relacionadas às demandas de políticas públicas no setor cultural.

2 O AGENDA-SETTING

Os estudos sobre agenda, desenvolvidos de forma independente, mas com influência interdisciplinar, têm origem nas áreas da Comunicação e da Ciência Política. De acordo com Capella e Brasil (2015), as pesquisas sobre a dinâmica da ação governamental, oriundos da Ciência Política e, posteriormente das *Policy Sciences* e os estudos de opinião pública e

mídia, presentes no campo da comunicação social, podem ser entendidas como sendo o *locus* de formação e consolidação dos estudos de formação de agenda (*agenda-setting*).

Segundo Capella (2018), os trabalhos no campo comunicacional tinham a preocupação central de aferir de forma empírica os efeitos da comunicação de massa na preferência política e eleitoral do público. Dessa forma, esses estudos priorizavam a relação entre agenda midiática e agenda pública. Já na Ciência Política, os estudos em políticas públicas visavam analisar essencialmente a agenda governamental, levando em consideração a importância dada a determinadas questões pelo público em geral.

Essa autora (Capella, 2018) salienta, ainda, que os primeiros pesquisadores a cunharem o termo *agenda-setting* foram os autores McCombs e Shaw no ano 1972. Aponta, contudo, que foram os estudos de Schattschneider, de 1960, que inauguraram a preocupação com a formação da agenda governamental (*policy agenda-setting*) e influenciaram parte fundamental do processo político em pesquisas que se desenvolvem no decorrer dos anos 1960 e 1970.

Em seus estudos, Schattschneider, citado por Capella (2018), defende que o conflito consiste na base de qualquer atividade política e que as questões políticas não são produzidas apenas internamente dentro do governo, mas também podem surgir fora do aparato político.

Ainda no livro “Formulação de Políticas Públicas” Capella descreve o estudo, formulado por McCombs e Shaw em 1972, considerado pioneiro na área de comunicação, a respeito da campanha presidencial dos EUA de 1968, no qual esses pesquisadores fazem uma relação entre a cobertura da Mídia e a percepção pública das questões políticas. A pesquisa desenvolvida por esses autores americanos mostrou que há uma ligação entre os temas considerados como mais importantes pelos seus entrevistados durante o período pré-eleitoral e os que eram apresentados pelos meios de comunicação.

A partir disso, McCombs e Shaw concluíram que os eleitores entendiam as questões estabelecidas pela Mídia como mais importantes e, sendo assim, a Mídia tinha um papel fundamental no processo de agenda dos temas políticos, comenta Capella (2018). Aqueles pesquisadores, então, cunharam o termo “*Agenda-Setting*” para se referir a essa capacidade dos meios de comunicação de direcionar a atenção do público para um determinado assunto, ou seja, a Mídia pode definir a agenda pública, direcionando quais temáticas devem ser consideradas mais relevantes na sociedade e influenciando sobre o que as pessoas pensam e discutem.

A pesquisa sobre a formação da agenda de políticas públicas teve seu início no campo da Ciência Política por meio dos estudos de Cobb e Elder, conforme leciona Capella (2018). A autora explica que esses estudiosos buscavam compreender como atores e grupos sociais, ao surgirem com novos temas e captar a atenção do público, conseguiam levar suas demandas para a Agenda do Governo. Esse processo é descrito por eles como uma fase pré-decisional.

Por sua vez, Brasil (2017, p. 66) afirma que “o princípio norteador dos estudos pré-decisórios, baseia-se no fato de que o governo não é capaz de identificar todos os temas presentes na sociedade, nem mesmo de agir em busca de soluções por meio da elaboração de políticas públicas”.

A partir disso, pode-se inferir que a maneira como os temas são discutidos na Mídia e mobilizados pelo público pode torná-los uma problemática suscetível de ação por partes dos governos. Capella (2018), ainda de acordo com Cobb e Elder, revela que na definição de problemas há sempre dois grupos em disputa: os ganhadores, que têm posições dominantes em determinado âmbito de uma política pública e buscam conter o avanço dos conflitos, e os perdedores, cujo objetivo é expandir e politizar as dissidências.

A autora, inclusive, traz o conceito de agenda formulado por Cobb e Elder, segundo os quais “[...] agenda é [...] um conjunto de discussões políticas, entendidas como questões legítimas e que chamam a atenção do sistema político” (Capella, 2018, p. 28).

E a partir do conceito de agendamento, os pesquisadores norte-americanos apontam dois estágios, que distinguem dois tipos de agenda, pelos quais determinadas questões são compreendidas como problemas públicos. O primeiro estágio é caracterizado pela agenda sistêmica, como o conjunto de questões que recebem atenção da sociedade e são entendidas como assuntos de competência das autoridades. O segundo estágio é a agenda governamental, constituída pelas questões consideradas relevantes pelos tomadores de decisão nas esferas local, estadual ou federal (Capella, 2018).

Assim, na perspectiva de Cobb e Elder, a Agenda Política envolve uma pluralidade de atores sociais, incluindo mídia, sociedade e instituições governamentais. É através da interação entre problemas sociais e esses atores que se processa o agendamento das políticas públicas, o que resulta na identificação de questões que ganham destaque e devem ser priorizadas pela Agenda Governamental (Capella, 2018).

3 DAS DESIGUALDADES REGIONAIS À REGIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Tejadas alerta que é preciso atentar para a lógica que se encontra envolta às políticas públicas brasileiras, a fim de compreender os seus limites e suas possibilidades. Segundo ela, isso “[...] é essencial para evitar as posturas messiânicas ou cooptadoras que depositam nestas expectativas de mobilidade social” (Tejadas, 2020, p. 21).

Chama atenção, ainda, para o fato de que os direitos humanos são indivisíveis e que a visão fragmentada, classificando-os em uma perspectiva geracional, pode criar dificuldades na sua implementação. Defende, portanto, que os direitos humanos encontram-se articulados, quer sejam civis, políticos, sociais, ambientais e culturais (2020), e que para sua concretização exigem a construção de políticas públicas.

Ao se adotar uma perspectiva da indivisibilidade dos direitos humanos, torna-se indispensável reconhecer a articulação entre esses direitos e as políticas que os materializam, fugindo, assim, das classificações estanques das políticas (Tejadas, 2020). Ou seja, toda política cultural, por exemplo, traz no seu íntimo a dimensão de direito civil, político, social e ambiental.

Sousa *et al.* (2002, p.10), em artigo que versa sobre o artesanato em barro no Alto do Moura em Caruaru, estado de Pernambuco (PE), revelam que “a procedência da lenha e a questão da poluição gerada por seu uso também têm emergido, ainda que pontualmente, entre alguns moradores da comunidade, que sugerem como solução o financiamento, por parte do poder público, da troca dos fornos à lenha por aparelhos a gás (ART 7)”. Vê-se, portanto, como uma política cultural encontra-se intimamente relacionado ao direito ambiental.

E para que saia do mundo da abstração jurídica, os direitos humanos ou direitos fundamentais necessitam de uma Política Pública que viabilize sua concretização. É possível apontar, portanto, a Política Pública como uma diretriz de enfrentamento de um determinado problema (Agum; Riscado; Menezes, 2015), geralmente relacionado a um direito constitucional não efetivado ou cumprido de forma deficiente. Segundo esses autores, “podemos entender como política pública a discussão e prática de ações relacionadas ao conteúdo, concreto ou simbólico, de decisões reconhecidas como políticas; isto é, o campo de construção e atuação de decisões políticas” (Agum; Riscado; Menezes, 2015, p. 16).

Para Silva (2008, p. 90), o que caracteriza uma Política Pública é a promoção do bem-estar de determinado segmento da sociedade, objetivando uma mudança social radical: “ademais, toda política pública é tanto um mecanismo de mudança social, orientado para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser também um mecanismo de distribuição de renda e de equidade”.

Em relação ao Brasil, observa-se uma profunda desconexão entre os direitos assegurados pela legislação, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e a realidade do seu efetivo exercício. De acordo com Tejedadas (2020), o país é marcado por desigualdades estruturais, cujas raízes remontam a um passado histórico de exclusão e marginalização, que ainda refletem nas condições sociais e econômicas da população.

Dentro desse contexto, além das desigualdades raciais, étnicas e de gênero, as desigualdades regionais se destacam, com disparidades consideráveis nos rendimentos médios do trabalho entre as regiões. Esse quadro está em consonância com o Art. 3º, III, da Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), que estabelece a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais como objetivos fundamentais.

Para Siqueira (2011, p. 251), localizar uma questão social em um determinado território possibilita compreender as características específicas dos problemas:

Assim, ao localizar as refrações da “questão social” num território, é possível certamente compreender com maior detalhamento as características particulares com que se apresentam os “problemas”, os “riscos”, as “carências”, permitindo inclusive intervenções mais adequadas às características e particularidades próprias desse território.

Isto é, as diferenças ou desigualdades regionais exigem Políticas Públicas específicas. Há, aqui, uma espécie de regionalização dos direitos, marcada em si pela estratégia de enfrentamento. A regionalização, consubstanciada na análise de que há certa diferenciação de áreas no interior do território, objetiva implantar políticas e prestar serviços, sempre com o intuito de promover o desenvolvimento da região (Correa, 2003).

Porém, muitas vezes, conforme discorre Sousa *et al.* (2022), há uma imensa lacuna entre as prioridades comunitárias e aquelas consideradas pela agenda governamental. Em face disso, os autores chegam a propor “[...] um convite para que o caminho inverso seja mais percorrido neste campo, ou seja, da empiria local (demandas localizadas) às observações sobre a constituição de agendas institucionais já postas” (Sousa *et al.*, 2022, p.14).

Nesse sentido, a Univasf, com sede na Cidade Petrolina (PE), emerge em junho de 2002 com o objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a Extensão Universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação *multicampi* na Região do Semiárido Nordeste. Embora haja uma indivisibilidade entre pesquisa, ensino e extensão, a empiria a que faz menção Sousa *et al.* (2022) encontra-se grafada nos projetos e programas de extensão universitária.

No seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026, a Univasf caracteriza a TV Caatinga como recurso tecnológico no âmbito de mídia educativa, ao tempo em que se propõe a ser “[...] difusora do ensino, da pesquisa e extensão universitária com conteúdos que contribuem para a autonomia e emancipação das pessoas, em especial do povo do Semiárido” (Univasf, 2016).

Embora o referido plano não catalogue a TV Caatinga como um projeto de extensão universitária, pois de fato não é, suas metas ou propósitos estão alinhados claramente a essa dimensão: desenvolvimento de conhecimento mútuo, no qual a sociedade apresenta ou oferece o saber popular aos docentes e discentes, e estes compartilhar o saber denominado de científico. Além disso, o foco da extensão constitui na difusão do saber (Fernandes *et al.*, 2012, p. 171).

Sob essa ótica, a TV Caatinga atua diretamente no primeiro estágio da agenda sistêmica ao abordar e destacar questões que recebem atenção da sociedade. Ao veicular programação que enfoca temas culturais, desafios regionais e questões específicas do Semiárido, contribui para a identificação e reconhecimento dessas questões como problemas públicos. Por meio de seus programas e reportagens, a emissora sensibiliza a audiência, elevando a visibilidade e a importância das temáticas que compõem a agenda sistêmica.

A TV Caatinga, portanto, desempenha um papel ativo ao influenciar a percepção pública sobre determinados assuntos, ajudando a moldar a agenda sistêmica ao destacar e contextualizar questões relevantes para a comunidade local. A partir da amplificação desses temas, a emissora contribui para que tais questões ingressem no cenário público, sendo reconhecidas como pertinentes para discussões e ações a serem realizadas pelas autoridades.

4 TV CAATINGA: ESPAÇO ONDE O SERTANEJO SE APROXIMA DE SUA VERDADEIRA REALIDADE

Na apresentação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2025), o então Reitor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) declarou que a Universidade do Semiárido Nordeste precisa assumir como prioridade a formação de jovens, a fim de que estes atuem como agentes multiplicadores do conhecimento acadêmico e, a partir dessa socialização de saberes, possam transformar a realidade e o ambiente em que vivem. Ao mesmo tempo, adverte que “[...] uma Universidade não pode estar alheia às necessidades da comunidade local, nem tampouco subestimar a sua capacidade de atuação” (Univasf, 2016). Conclui, definindo como meta consolidar a Univasf como um dos mais

importantes instrumentos do desenvolvimento do interior do Nordeste, do Semiárido Brasileiro. No início do seu texto, já havia mencionado que as ações desenvolvidas nos municípios que fazem parte da área de abrangência da Univasf colaboram no desenvolvimento sócio, econômico, cultural e político da região.

Os desafios apresentados à Univasf são enormes em virtude de a região Nordeste apresentar os piores indicadores de renda e sociais do Brasil (Tejadas, 2020). Contudo, Behring e Boschetti (2011, p. 197) ensinam que “[...] não podemos nos render ao conformismo e ao desencanto, acirrados pelas dificuldades, e, com isso, correr o risco de abandonar a historicidade e de não ver a história como processo aberto [...]”.

A compreensão sobre a região onde o sertanejo se constrói enquanto ser humano é fundamental para não se deixar levar pelo pessimismo improdutivo. Talvez por conta disso, a Univasf, segundo o seu estatuto, possui como finalidade desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive, no caso o Semiárido nordestino. Para tanto, apresenta-se como incentivadora do trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação bem como a criação e difusão da cultura.

Ao mesmo tempo, estabelece como seus princípios estatutários, entre outros, o respeito à dignidade da pessoa humana e a seus direitos e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Merece destaque a tarefa destinada pelo PDI Univasf 2016-2025 à TV Caatinga em relação àquilo a que se costumou denominar tripé universitário, inclusive com assento constitucional (Art. 207, da Constituição Federal de 1988): ensino, pesquisa e extensão. De acordo com o PDI, “A WEBTV Caatinga é uma difusora do ensino, da pesquisa e extensão universitária com conteúdos que contribuem para a autonomia e emancipação das pessoas, em especial do povo do Semiárido” (Univasf, 2016).

Vê-se que a Univasf não se furta em colaborar na consecução dos objetivos fundamentais para os quais a República Federativa do Brasil foi instalada: construir uma sociedade livre, justa e solidária; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. No auxílio dessa tarefa, a TV Caatinga veicula material apto a promover a autonomia e a emancipação de quem reside no Semiárido Nordeste e se encontra em situação de exclusão social.

De acordo com o PDI Univasf 2016-2025, a TV Caatinga é uma plataforma digital educativa, inaugurada em março de 2012, com sua primeira transmissão ao vivo em agosto do

mesmo ano, que “[...] visa desconstruir os estereótipos atribuídos ao nordeste e principalmente aos territórios semiáridos, através de programas e reportagens, prestando serviços nas áreas de comunicação, radiodifusão, educação e cultura”.

Ao prestar serviços na área de cultura, a TV Caatinga valoriza a produção cultural dos artistas radicados no Semiárido nordestino. Do mesmo modo, ao veicular os conteúdos produzidos de forma coletiva por quem participa de Projetos e Programas de Extensão desenvolvidos pela Univasf, ela socializa esses saberes por todo o Vale do São Francisco.

Para Carvalho, “os direitos culturais associaram-se a um fator de desenvolvimento do homem, imprescindível para o combate da pobreza e da opressão política, em especial de regimes totalitários. Desse modo, o direito à cultura passou a ser sinônimo de difusão de obras intelectuais, acesso aos meios de comunicação, a educação e ao conhecimento” (Carvalho, 2018, p. 51). Vê-se que essa construção a respeito do significado de direitos culturais guarda similitude com a ideia de indivisibilidade dos direitos, desenvolvida por Tejadás (2020).

Nesse mesmo rumo, o PDI Univasf 2016-2025 defende que “as iniciativas desenvolvidas pela Universidade, no campo da Extensão, Arte e Cultura, representam o exercício de importante papel na dinamização de processos sociais de melhoria das condições de vida em comunidades socioeconomicamente vulneráveis, bem como no campo da promoção e valorização do patrimônio artístico e cultural da região” (Univasf, 2016).

Essas iniciativas no campo dos direitos culturais integram programas e projetos de extensão universitária, possibilitando que a Univasf atue em dezenas de municípios de sua região, indo além da localização física dos seus *Campi* (PDI 2016-2025). Ao divulgar todo esse material via TV Caatinga, a instituição amplia ainda mais sua atuação. Como diz o próprio Plano de Desenvolvimento Institucional, a TV Caatinga é “um espaço onde o sertanejo se aproxima de sua verdadeira realidade” (Univasf, 2016).

Ao pautar os direitos culturais da população do Semiárido em sua programação, geralmente a partir dos debates ocorridos nos projetos e programas de extensão universitária, a TV Caatinga auxilia na formação de pessoas que, a partir dessa conscientização ou contato com essas informações, exigem que esses direitos entrem na discussão da agenda, influenciando na prática de uma política pública (Agum; Riscado; Menezes, 2015).

5 A FORMAÇÃO DA AGENDA: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DIREITOS CULTURAIS E TV CAATINGA

É assente na doutrina que uma política pública, antes de ser implementada, passa por embate de ideias e formas de agir. Em suma, uma política pública para ser concretizada movimenta-se por fases e processos sociais (Agum; Riscado; Menezes, 2015).

Esses autores (2015), ao conceituar política pública, destacam que esse campo de conhecimento procura, antes de tudo, duas coisas: a primeira seria colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação; a segunda, propor mudanças nos rumos ou cursos dessas diretrizes.

Advertem, porém, que apontar uma determinada política pública como um instrumento de enfrentamento de certo problema não significa que essa questão se transformou em problema; para que isso aconteça faz-se necessário uma conjunção de fatores:

[...] não basta que o problema seja socialmente relevante, é preciso que seja alçado a uma categoria de alcance dos objetivos propostos; isto é, o problema social nem sempre alcança o status de política pública. Para que isso ocorra é preciso o entendimento de que a situação atual possa entrar na agenda, mesmo que não se tenha as condições necessárias para sua aplicação (Agum; Riscado; Menezes, 2015, p. 16).

Não se trata aqui de discutir a quem cabe o monopólio da execução das ações referentes à política pública: se aos atores estatais (Abordagem Estatista) ou a qualquer ator social (Abordagem Multicêntrica), desde que o problema a ser enfrentado tenha características públicas (Agum; Riscado; Menezes, 2015), mas compreender como a participação popular pode tensionar para que o problema social entre na agenda.

Tejadas (2020) pontua, por exemplo, que a história da política pública brasileira revela que sua implementação não segue movimentos lineares. Ao contrário, caracteriza-se por avanços e retrocessos, de acordo com o que ela denomina de disputa pela hegemonia entre as classes sociais.

Ao mesmo tempo, na Constituição Federal de 1988 e nas legislações infraconstitucionais, os direitos foram sendo positivados em sintonia com a força política dos segmentos envolvidos. Desse modo, alguns segmentos, por exemplo, conquistaram seus direitos mais cedo e outros mais tarde, dado o grau de organização de cada um (Tejadas, 2020, p. 140).

A autora defende, então, que a implementação dos direitos, via políticas públicas, depende da organização do segmento a ser beneficiado pelo programa ou projeto. Silva (2008), por sua vez, coloca que as políticas públicas se estruturam e se concretizam a partir de interesses sociais organizados. De acordo com essa autora, pode-se perceber, nitidamente, inclusive com a possibilidade de fragmentá-lo, um movimento constitutivo do processo das

políticas públicas. Entre esses movimentos, há a constituição do problema e da agenda governamental.

Nascimento e Deslandes (2016), em artigo que versa sobre o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil, falam em emergência da questão social da violência infanto-juvenil como problema público, e sua inclusão na agenda formal das políticas nacionais nas décadas de 1990 e 2000. Em outras palavras, embora a violência contra crianças e adolescentes fosse notória, ainda não havia se tornado um problema público. Havia uma espécie de histórica invisibilidade no campo das políticas públicas. Segundo os autores:

À luz de estudos sobre processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, principalmente os que enfatizam a construção de agendas (*agenda-setting*), partimos do reconhecido pressuposto de que para uma questão social vir a ser considerada um problema público, e como tal inserido na agenda formal de governo, faz-se necessário o convencimento dos agentes envolvidos nos processos decisórios de que a situação deve ser priorizada e possui alternativas de intervenção pública. Tal processo está diretamente associado à capacidade do tema em mobilizar a opinião pública, incorrendo em bônus ou ônus políticos a ação ou a omissão do Estado. Por sua vez, a permanência do tema na agenda pública depende da renovação periódica de sua importância política (Nascimento; Deslandes, 2016, p. 1172).

Portanto, parte-se da premissa de que um problema político não ocorre sem que haja algo ou alguém que o faça acontecer. É necessário que o tema ou questão tenha importância social a ponto de mobilizar a opinião pública para que convença os agentes envolvidos nos processos decisórios. É necessário, no entanto, que sujeitos políticos adotem táticas no sentido de influenciar indivíduos, grupos organizadores de interesse, planejadores organizacionais, candidatos, partidos políticos, legisladores, burocratas (Silva, 2014). A autora destaca que além de todas essas pessoas e grupos é imprescindível que as reivindicações cheguem até a Mídia.

No caso, a Univasf se utiliza da TV Caatinga para formar os sujeitos políticos, moradoras e moradores do Semiárido Nordestino, que irão pressionar candidatos, partidos políticos, legisladores e burocratas para construir ou aprimorar políticas públicas na área cultural. Como bem consta no PDI Univasf 2016-2025: a TV Caatinga é difusora do Ensino, da Pesquisa e Extensão Universitária com programação que contribui para a autonomia e emancipação das pessoas, em especial do cidadão do Semiárido (Univasf, 2016).

Embora se mencione exclusivamente Política Pública Cultural, parte-se da compreensão da indivisibilidade dos direitos. Isto é, ao se discutir direitos culturais, termina-se por trazer para o debate os direitos civis, políticos, sociais e ambientais. Contudo, não se

pode deixar de afirmar que no PDI Univasf 2015-2025, os direitos culturais têm posição de destaque, relacionados, quase sempre, com os programas de extensão.

De acordo com o Ministério da Educação, o Programa de Extensão Universitária – ProExt (Brasil, 2008), objetiva apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas.

Para efeitos deste artigo, considera-se a TV Caatinga como instrumento de visibilização dos direitos culturais das pessoas que habitam o Semiárido nordestino, expressos e debatidos em seus projetos de extensão universitária da Univasf, que ainda não foram incluídos na agenda formal das políticas públicas culturais ou que se deram de forma deficiente.

É preciso verificar que a atenção é um recurso escasso e limitado. Não é possível prestar atenção a todos os problemas ao mesmo tempo. Mais do que isso, não é possível, sequer, reconhecer a existência de todos os temas e problemas que existem em uma sociedade. Para Brasil e Jones (2020, p. 1488), “baseado nessas constatações, é primordial para o processo de políticas públicas entender quais temas ganham a atenção dos tomadores de decisão, e de que forma esse processo de priorização ocorre”.

A TV Caatinga atua como fermento na construção de agendas (agenda-setting), ao divulgar que as festas, as danças, as comidas e tudo aquilo que expressa a identidade sertaneja constituem direitos culturais e que devem ser protegidos pelo Estado. Atua, embora de forma indireta, no “[...] processo de formação e de mudança da agenda governamental” (Brasil; Jones, 2020, p. 1487).

Ao destacar essas práticas culturais, a TV Caatinga faz emergir uma questão social, esquecida, invisibilizada, ocultada, apagada do que se chama política pública cultural. Segundo Brasil e Jones (2020, p. 1487), “agenda-setting é definido, portanto, como um processo de transformar questões privadas em públicas, e essas em prioridades governamentais”.

O conteúdo divulgado pela TV Caatinga, oriundo de projetos e programas de extensão universitária, adquire maior legitimidade, assemelhando-se a uma validação proveniente da comunidade do semiárido nordestino. Nesse sentido, a Univasf em seu PDI 2016-2025 instituiu como meta “[...] um programa extensionista de oferta permanente de capacitação em desenvolvimento local, voltado para lideranças comunitárias” (Univasf, 2016).

Cabe relatar alguns dos programas veiculados pela TV Caatinga no âmbito da Cultura, de acordo com a descrição contida no sítio dessa emissora educativa: **Viva Caatinga** - apresenta a fauna e a flora da caatinga e traz as profissões e atividades tradicionais e da contemporaneidade do homem e da mulher sertanejos; **#Leia+** - mostra a produção literária, tanto dos docentes da Univasf como da comunidade externa; **É assim que eu falo** – mostra os “dizeres” dos sertanejos no Semiárido brasileiro; **Memória Sertão** – apresenta informações dos museus, lendas, manifestações culturais e monumentos do Sertão; **Nossa Rua** – divulga a história das pessoas que nomeiam as ruas do Sertão e que contribuíram para construir o Semiárido; **Sabores da Caatinga** – historiciza a culinária dos sabores dos pratos sertanejos; e **Sou Sertão** – aborda os fatos da vida de personalidades do Semiárido, com ênfase nas lembranças do entrevistado de quando vivia na terra natal e como suas raízes influenciam a sua obra.

Brasil e Jones (2020) ensinam que a visão tradicional da formulação de políticas públicas em subsistemas excluía tanto a opinião pública como as próprias atividades dos partidos políticos. Acontece, lembram esses autores, que é possível que determinadas questões, como, por exemplo, a exploração da Amazônia, recebam maior atenção de partidos políticos, políticos eleitos e movimento sociais, criando ou construindo um contexto no qual as políticas públicas podem ser alteradas significativamente.

No artigo *Extensão universitária e políticas públicas*, Batista Pereira (2013, p. 91) afirma que “a participação das universidades em programas públicos é de total relevância, não somente na implementação destas, como também na contribuição do aumento de uma consciência crítica da população e do fortalecimento de seu poder de reivindicação”. Vê-se que o autor destaca o papel da Extensão Universitária na formação de uma consciência crítica da população que poderá desencadear em atos que chamem a atenção dos tomadores de decisão.

Em relação à Univasf, consta do seu PDI 2016-2025, que há “[...] uma interação permanente com outros atores da região, especialmente aqueles da Sociedade Civil, [fazendo-se] presente junto a coletivos diversos, como os de agricultores familiares, de artistas e da juventude” (Univasf, 2016). Essa atuação amplia a função universitária, valorizando o diálogo com a comunidade, fortalecendo a identidade cultural e o desenvolvimento sustentável da região.

Na área de Extensão, Arte e Cultura, traz, também, como objetivos prioritários para o período de 2016-2025 a valorização do patrimônio cultural no Semiárido, a ampliação do

percentual de servidores e discentes envolvidos na Extensão Universitária, promoção de capacitações em extensão, maior exposição das artes e cultura e a ampliação do diálogo entre universidade e demais atores sociais no âmbito dessas temáticas (Univasf, 2016).

Sendo assim, a TV Caatinga constitui-se como esse meio de ampliar o diálogo entre a Universidade e os diversos territórios. A fala que chega aos ouvidos e aos olhares sertanejos é construída de forma colaborativa, envolvendo a participação ativa de homens e mulheres do Sertão, que trazem para a tela suas realidades, saberes e desafios. Esse processo possibilita que a comunicação deixe de ser apenas informativa para tornar-se também representativa, dando visibilidade às vozes locais e valorizando a cultura regional. Dessa forma, a TV Caatinga não só difunde conteúdos, mas também se consolida como um espaço de pertencimento e reconhecimento da identidade do Semiárido.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário delineado neste estudo expõe a complexidade das relações entre Extensão Universitária, Políticas Públicas e a atuação de uma TV universitária no contexto do Semiárido Nordestino. Essas relações, enraizadas nas especificidades do território, evidenciam um mosaico de interdependências e trocas que desafiam os paradigmas acadêmicos e institucionais previamente estabelecidos, apontando para novas possibilidades de integração entre universidade e comunidade.

Refletir sobre as desigualdades regionais no Brasil, particularmente no Nordeste, proporciona o pano de fundo essencial para a compreensão da necessidade de abordagens diferenciadas e específicas. Nesse sentido, a regionalização dos direitos humanos surge como uma estratégia diferenciada para lidar com as assimetrias históricas que marcam a região, destacando-se como ponto de partida para uma busca ativa pela equidade.

A TV Caatinga, apresentada como uma plataforma de comunicação educativa, transcende a mera transmissão de informações. Ela se estabelece como uma força transformadora, desafiando estereótipos e promovendo a autonomia das comunidades no Semiárido. A ênfase nos direitos culturais, entrelaçada aos Programas de Extensão Universitária, emerge como um catalisador para a conscientização e participação ativa da população na defesa de suas identidades.

Ao apoiar iniciativas que integram cultura, educação e cidadania, a Univasf consolida-se como um agente de transformação, comprometido com o fortalecimento das identidades locais e com a promoção de uma sociedade mais inclusiva e consciente de suas raízes. Essa

postura reflete uma compreensão ampliada da responsabilidade social universitária, que vai além dos muros institucionais e se engaja com as demandas reais das comunidades.

No contexto da construção da Agenda Governamental, a presença e atuação da TV Caatinga ganham destaque pela sua influência na promoção de debates e mobilização da opinião pública sobre temas importantes para a região. Por meio dessa plataforma, questões que afetam diretamente as comunidades do Semiárido encontram um espaço de diálogo e visibilidade, fortalecendo o papel das universidades como impulsionadoras de temas prioritários para a sociedade.

Em síntese, a interconexão dinâmica entre Extensão Universitária e a TV Caatinga oferece uma visão panorâmica de um processo em evolução. O desafio futuro reside não apenas na continuidade dessas ações, mas na capacidade de expandir seu alcance, consolidar parcerias efetivas com a sociedade e moldar uma agenda de políticas públicas que verdadeiramente reflita e promova a riqueza cultural e a diversidade única do Semiárido. Este é um convite à transformação, um chamado para a colaboração contínua em prol de um futuro mais inclusivo e culturalmente sustentável.

REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: Conceitos e análise em revisão. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BATISTA PEREIRA, Lucas. Extensão universitária e políticas públicas. **Revista Extensão & Cidadania**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2016. DOI: 10.22481/recuesb.v1i2.2203. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/2203>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL, Felipe Gonçalves. **A dinâmica das políticas de saúde e de assistência social no Brasil: incrementalismo e pontuações na atenção governamental entre 1986 e 2003**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras

providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 6.495, de 30 de junho de 2008**. Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL, Felipe Gonçalves; JONES, Bryan D. Agenda Setting: mudanças e a dinâmica das políticas públicas: uma breve introdução. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 6, p. 1486–1497. 2020. DOI: 10.1590/0034-761220200780. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/82397>. Acesso em: 29 nov. 2023.

CAPELLA, Ana Claudia. **Formulação de políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro_Formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos Estudos 101**, 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/nec/n101/0101-3300-nec-101-0057.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

CARVALHO, Marcella Souza. Cultura, constituição e direitos culturais. *In*: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; BOTELHO, Isaura; SEVERINO, José Roberto (org.). **Direitos Culturais**: coleção cultura e pensamento. Salvador: Edufba, 2018. p. 35-55. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26054/1/DireitosCulturais_CulturaPensamento-EDUFBA-2018.pdf. Acesso em: 23 nov. 2023.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4578619>. Acesso: 20 nov. 2023.

FERNANDES, Marcelo Costa *et al.* Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educação em Revista**. v.28, n. 4, p. 169-194. 2012. DOI: 10.1590/S0102-46982012000400007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/SfxX7fpVccbMrSSDHqCSNhy/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.

NASCIMENTO, Alexandre Ferreira do; DESLANDES, Suelly Ferreira. A construção da agenda pública brasileira de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. **Physis**, Rio de

Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1171-1191, out. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312016000401171. Acesso em: 04 jul. 2023.

ROCHA, Camila Fregona; SOUZA, Ana Paula Vieira. Tv Universitária e Extensão: Diálogo Possível. **Revista Guará**, [S. l.], v. 5, n. 8, 2018. DOI: 10.30712/guara.v5i8.17166. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/guara/article/view/17166>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SECCHI, Leonardo. Formação da agenda: método de policy advocacy para ensino de políticas públicas. **Revista de Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 4, n. 1, p. 32-47, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4046>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas públicas: teorias e práticas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 17, n. 1, p. 11–13, 24 jun 2014. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2524>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SIQUEIRA, Luana de Souza. **Pobreza e serviço social**: diferentes concepções e compromissos políticos. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/bitstream/1/15877/1/Tese%20Luana%20de%20Souza%20Siqueira.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SOUZA, Jessica Rani Ferreira de *et al.* Construção de agenda e desafios locais à valorização e ao desenvolvimento coletivo do negócio de artesanato no Alto do Moura-PE. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 27, n. 88, e82967. 2022. DOI: 10.12660/cgpc.v27n88.82967. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/82967>. Acesso em: 25 nov. 2023.

TEJADAS, Silvia da Silva. **Avaliação de políticas públicas e garantia de direitos**. São Paulo: Cortez, 2020. 168 p.

TV CAATINGA. **A TV Caatinga**. Universidade Federal do Vale do São Francisco. 2023. Disponível em: <https://rtvcaatinga.Univasf.edu.br/tvcaatinga>. Acesso em: 25 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Ministério da Educação. Gabinete da Reitoria. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2016-2025)**. Petrolina: Univasf, 2016. Disponível em: <https://portais.Univasf.edu.br/arquivos-gerais/base-juridica/estatuto-Univasf.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Estatuto da Universidade Federal do Vale do São Francisco**. Petrolina: Univasf, 2012. Disponível em: <https://portais.Univasf.edu.br/arquivos-gerais/base-juridica/estatuto-Univasf.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ZUCATTO, Luis Carlos; BECKER, Kalinca Léia. Formação da agenda de políticas públicas: uma síntese metodológica das publicações em bases nacionais e internacionais. *In*: XLVI ENCONTRO DA ANPAD, 2022, Maringá. **Anais[...]**. Maringá: ANPAD, 2022. Disponível

em:

<https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/add5efc3f8de35d6208dc6fc154b59d3.pdf>

Acesso em 20 nov. 2023.